

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 6ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Centro Médico Hospitalar Integrado – CMHI – pelos 50 anos de sua fundação

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/5/2023

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Gustavo Valadares – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Cimar Eustáquio Marques da Silva – Palavras do Presidente – Exibição de Vídeo – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Gustavo Valadares.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 20h2min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião para homenagear o Centro Médico Hospitalar Integrado – CMHI – pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Nídia Costa Moreira, fundadora do CMHI; e os Exmos. Srs. Cimar Eustáquio Marques da Silva, fundador do CMHI; Emerson Fidélis Campos, diretor clínico e membro do conselho deliberativo do CMHI; Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Francisco Chagas Lima e Silva, conselheiro da Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma –, representando o presidente, Wagner Eduardo Ferreira; e Oscar Pinheiro Nicolai, diretor do Hospital da Polícia Civil, representando a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegada Letícia Gamboge; a Exma. Sra. Cláudia Fonseca Pereira, secretária-geral da Academia Mineira de Medicina; e o Exmo. Sr. deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença do Sr. Manoel Otávio da Costa Rocha, diretor científico da Academia Mineira de Medicina. Agradecemos, ainda, todos os nossos convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e também pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo do Centro Médico Hospitalar Integrado – CMHI.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Gustavo Valadares

Boa noite, senhoras e senhores; Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, meu amigo, representando aqui o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Martins Leite; Dra. Nídia Costa Moreira, fundadora do Centro Médico Hospitalar Integrado, homenageada; Dr. Cimar Eustáquio Marques da Silva, fundador do Centro Médico Hospitalar Integrado, meu amigo; Dr. Emerson Fidélis Campos, diretor clínico e membro do conselho deliberativo do Centro Médico Hospitalar Integrado, também homenageado; Exmo. Sr. Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Dr. Francisco Chagas Lima e Silva, conselheiro da Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma –, representando o presidente da Feluma, Dr. Wagner Eduardo Ferreira; Dr. Oscar Pinheiro Nicolai, diretor do Hospital da Polícia Civil, representando a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegada Letícia Gamboge; Dra. Cláudia Fonseca Pereira, secretária-geral da Academia Mineira de Medicina.

Senhoras e senhores, amigas, amigos, eu não poderia deixar de citar um dos filhos do homenageado, meu amigo, Dr. Cimar, também meu amigo Cimarzinho; meus pais que ali estão; minha esposa; o senhor presidente, deputado Antonio Carlos Arantes; caros diretores; funcionários; prestadores de serviço do Centro Médico Hospitalar; senhoras e senhores, é com grande honra e responsabilidade que me posiciono, em nome dos cidadãos mineiros, para prestar uma justa homenagem ao Centro Médico Hospitalar, que, neste ano, celebra 50 anos de sua fundação e de inestimáveis serviços prestados à nossa sociedade. A jornada desta renomada instituição de saúde teve início como clínica especializada em reabilitação, em 1973. Nas suas origens, dedicava-se exclusivamente à fisioterapia, atendendo diversas áreas da medicina, com destaque a ortopedia. Neste campo, as fundadoras, Dra. Nídia Costa Moreira e Dra. Maria Veraluce da Fonseca Ramos, estabeleceram um padrão de excelência que até hoje reverberam nos corredores e salas de atendimentos do hospital.

A partir da década de 1980, o CMHI teve sua capacidade ampliada, com a entrada dos Drs. Emerson Fidélis Campos e Cimar Eustáquio Marques da Silva, que junto com a Dra. Nídia Costa Moreira, estão à frente da instituição. Este reforço possibilitou a expansão dos serviços, consolidando ainda mais a reputação desta instituição de saúde. Na década de 1990, o CMHI já atuava em sua sede própria, situada à Rua Piauí, no Bairro Funcionários, aqui, em Belo Horizonte. Um espaço que se tornou sinônimo de atendimento de excelência nas áreas de ortopedia e fisioterapia. A inauguração do centro cirúrgico, em 1996, foi um marco importante, permitindo a ampliação do atendimento para diversas outras especialidades médicas, incluindo a oftalmologia e a angiologia.

Essa evolução é um testemunho da constante busca pela excelência e pela melhoria contínua dos serviços de saúde. Hoje o CMHI se destaca como uma referência no setor de saúde. A instituição é dedicada à promoção da saúde e qualidade de vida e bem-estar, com atendimento seguro, humano e resolutivo. Ao homenagearmos o CMHI não estamos apenas celebrando uma instituição e sua história. Estamos, de fato, homenageando cada profissional que dedicou seus dias e suas noites, seus conhecimentos e habilidades, sua empatia e seus cuidados aos pacientes que por lá passaram. Esse é um reconhecimento a cada um dos pacientes atendidos pela instituição e à importância do compromisso assumido pela direção e pelos profissionais do CMHI com a saúde e o bem-estar de nossos cidadãos. O Centro Médico Hospitalar Integrado tem sido um farol na medicina mineira, iluminando o caminho da inovação e da qualidade nos cuidados à saúde. A sua contribuição para Belo Horizonte e para toda a região metropolitana é muito grande, levando esperança e alívio para aqueles que buscam seus serviços. A instituição tem se mostrado uma verdadeira aliada da saúde, tanto em momentos de calma quanto nas tempestades que, por vezes, acometem o nosso sistema de saúde. É crucial destacar o papel fundamental da direção e dos profissionais que atuam na instituição. Eles são a força motriz por trás de cada atendimento, de cada sorriso e de cada gesto de conforto que transforma a vida dos pacientes e de seus familiares. Eles são os verdadeiros heróis dessa história, que diariamente enfrentam os desafios de uma profissão tão nobre e tão necessária em nossas vidas.

Quero expressar minha profunda gratidão a todos os médicos, enfermeiros, técnicos, administradores e demais colaboradores. A dedicação, o esforço e o amor que vocês demonstram em seu trabalho têm impacto direto na qualidade de vida da nossa população. Esta homenagem é um reconhecimento público à instituição mas também um agradecimento a cada um dos profissionais que fazem parte dessa história de muito sucesso. Vocês são exemplo de dedicação, compromisso com a saúde e com o bem-estar do povo mineiro. Portanto, ao celebrarmos os 50 anos de fundação do Centro Médico Hospitalar Integrado, prestamos nosso sincero tributo àqueles que construíram e que mantêm viva a chama da excelência médica em Minas Gerais. Que esse exemplo continue a inspirar outras instituições, profissionais e cidadãos, reforçando nosso compromisso coletivo com a saúde, a vida e a prosperidade do nosso povo. Parabéns, CMHI! Que venham muitos anos de sucesso, dedicação e amor ao próximo. Vida longa! Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – O Exmo. Sr. deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins Leite; e o líder do governo, deputado Gustavo Valadares, farão agora a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos médicos Dr. Cimar Eustáquio Marques da Silva, Dra. Nídia Costa Moreira e Dr. Emerson Fidélis Campos. A placa contém os seguintes dizeres: “Fundado em 1973, o Centro Médico Hospitalar Integrado – CMHI – iniciou suas atividades dedicando-se à reabilitação de pacientes por meio da fisioterapia e da ortopedia. Ao longo dos anos, aliando o moderno ao tradicional, o CMHI ampliou seu escopo de atendimento e passou a oferecer também assistência em outras especialidades, tais como a oftalmologia e a angiologia, sempre de forma atenta e humanizada. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende merecida homenagem ao Centro Médico Hospitalar Integrado pelo aniversário de 50 anos de sua fundação e por sua história de excelência e comprometimento com o bem-estar dos mineiros.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Cimar Eustáquio Marques da Silva

Exmo. Sr. Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Martins; Exmo. Sr. Deputado Gustavo Valadares, líder do governo, meu particular amigo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sra. Nídia Costa Moreira, fundadora do Centro Médico Hospitalar Integrado, minha grande amiga e nossa homenageada também; Sr. Emerson Fidélis Campos, diretor e membro do Conselho Deliberativo do Centro Médico Hospitalar Integrado, homenageado, meu amigo e meu sócio; Exmo. Sr. Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Dr. Francisco Chagas Lima e Silva, conselheiro da Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma –, representando o presidente da Feluma, Sr. Wagner Eduardo Ferreira; Dr. Oscar Pinheiro Nicolai, diretor do Hospital da Polícia Civil, representando a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegada Letícia Gamboge; Sra. Cláudia Fonseca Pereira, secretária-geral da Academia Mineira de Medicina. Nas pessoas das autoridades mencionadas, cumprimento os demais membros da Mesa e todos os que aqui estão presentes e reservaram um precioso tempo do seu dia para, juntos, celebrarem conosco os 50 anos do nosso Centro Médico Hospitalar Integrado, carinhosamente chamado CMH Hospital.

Ter todos vocês aqui juntos e com a responsabilidade de falar em nome dos meus sócios e amigos um pouco sobre a nossa história e os nossos valores é, claro, uma missão que venho exercer com honra, imensa alegria e emoção. Por isso peço a eles licença para partilhar a nossa história e lembrar o caminho percorrido. Espero conseguir lembrar de todos os momentos e detalhes importantes, mas, caso a minha memória falhe, desde já, me desculpem, talvez seja a emoção tomando espaço.

A história do nosso hoje hospital começou antes da minha entrada, em 1973, em razão do sonho e, o mais importante, da ação de duas amigas profissionais fisioterapeutas, Dra. Nídia Costa e Dra. Maria Veraluce, elas, recém-formadas, preparadas, fundaram o então Centro Especializado em Reabilitação – CER. E, no Bairro Funcionários, iniciaram o trabalho com o mesmo norte e princípio que nos guiam até hoje: atender pessoas, focar no bem-estar do ser humano e entender que o diferencial, em muitos casos, resulta em relações de amizade, que se estendem aos familiares. Naquela época, eu já conhecia o Emerson. Éramos colegas de profissão e trabalhávamos juntos na Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo – Selt. A relação, que começou como uma relação de trabalho, logo se estreitou em uma relação de nossa identidade de valores, princípios, raízes e amor pela medicina. Assim, em 1978, fomos convidados a integrar a sociedade, a ser parte do CER, que ainda nos trouxe as sócias e amigas Lídia Moreira e Maria Veraluce. Tenho certeza de que elas estão assistindo a esta homenagem, com orgulho e felicidade.

Quando entramos para o CER, a ideia, meus amigos, era tornarmos referência em medicina e quem diria que, passados tantos anos, muito trabalho, dedicação, união, realizamos e continuamos a realizar, diariamente, o nosso objetivo; afinal, já não somos mais a CER, somos, hoje, o CMH – Centro Médico Hospitalar –, construído tijolo a tijolo, dia a dia. O caminho, como todos sabem, não é uma linha reta; pelo contrário, é uma longa estrada, com curvas, aclives e declives, lombadas, algumas barreiras, dias de muito sol, dias nublados, dia de chuva e alguns arco-íris. Sempre procuramos nos especializar, melhorar o atendimento, a infraestrutura, aumentar o leque de especialidades oferecidas aos pacientes. Foi assim que, passados alguns anos, compramos o imóvel onde hoje está a nossa sede principal, na Rua Piauí, nº 2.007, Bairro Funcionários, e depois outros, sendo o da Avenida do Contorno onde temos o Centro de Atendimento Médico Ambulatorial.

Hoje – e como é interessante ver essa evolução – somos um hospital integral, com clínica médica, clínica da dor, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, cirurgia geral, cirurgia plástica, clínica pediátrica, dentre várias outras. Realizamos mais de 1.300 procedimentos cirúrgicos por mês. Atendemos pacientes de quase todas as áreas da medicina. Fomos crescendo na velocidade certa, com recursos próprios, investimento em centro cirúrgico de alto nível, com a capacidade de oferecer a melhor tecnologia e o mais importante: segurança aos nossos médicos, enfermeiros, colaboradores e pacientes, um trabalho que nos motiva, que nos faz querer estar presente na vida de nossos pacientes, dos médicos que compõem o nosso corpo clínico, de nossos colaboradores e dos nossos parceiros; afinal, ninguém constrói uma história de 50 anos sozinho.

Sempre primamos pelo atendimento médico humanizado, nunca pelo volume, nunca pelo lucro a qualquer custo, mas o valor de um atendimento personalizado, não só por profissionais renomados, mas por profissionais dedicados, qualificados, humanos, que atendem especificamente as necessidades do paciente.

Contamos a nossa história constantemente e com orgulho. Fazemos questão de reservar um tempo para que todos saibam de onde viemos e para onde estamos indo. E ainda: estamos sempre atentos à nossa concorrência. Acreditamos que há espaço para todos, pois queremos também evoluir, imprimir o nosso diferencial, aprender com eles, sermos concorrentes leais, incomodarmos, quando possível, e não nos deixarmos acomodar em nenhum momento. E, aqui, devo parar para uma reflexão que muito me alegra. Em uma sociedade que cresce e evolui em velocidade ímpar, vejo que nós, fundadores do CMH, somos exceção, estamos fora da curva – meus amigos e sócios –, pois somos os mesmos de sempre. Desde sempre, não nos desvirtuamos, não nos desencontramos e construímos uma história que, hoje, compartilhamos com vocês.

Como é bom ver que conseguimos fazer as escolhas certas, superar as nossas diferenças, somar as nossas qualidades, multiplicar as nossas capacidades e compartilhar, por 50 anos e, se Deus nos permitir, por mais 50 anos ainda, os mesmos sonhos, os mesmos valores e os mesmos princípios. Como isso é raro! E, hoje, recebemos essa homenagem e reconhecimento na Assembleia Legislativa do nosso estado, e temos a honra de ser prestigiada por tantos amigos, conosco, nesta noite. E como é bom falar, com orgulho e sem medida, que construímos a nossa história, que ela faz parte de milhares de vidas da nossa cidade, Belo Horizonte, e, claro, do nosso estado e do nosso país. Somos, tanto os profissionais como a instituição, reconhecidos no meio médico, no Brasil e fora dele. Temos, diariamente, nos tornado referência, seja pela nossa técnica, seja pelo centro cirúrgico, sejam pelas nossas acomodações, seja pelo nosso atendimento e acolhimento dos pacientes.

E a construção da história do CMH, como não poderia deixar de ser diferente, entrega-se com a construção das nossas histórias pessoais, que nos roubaram tempo com os nossos familiares e com os nossos amigos, momentos em que – aí devemos um grande agradecimento aos nossos companheiros, esposas e maridos: Soteris, Glória Helena, Luís Carlos Moreira; nossos filhos: Cimar, Ana Carolina, Ana Paula, Fernanda e Raquel, Ígor e Sofia, e amigos. A construção do CMH nos possibilitou a realização de nossos sonhos. Por isso, a todos vocês, o nosso muito obrigado. O que temos aqui, hoje, vocês construíram conosco.

Falando em nossa família, temos ainda um ponto para celebrar: mantivemos também as nossas famílias unidas e sempre próximas. Conseguimos isso pelo exemplo, afinal, a palavra educa, mas somente o exemplo verdadeiro ensina. Hoje, nossos filhos: Cimar, Ana Paula e Ígor, meu filho, filho do Emerson e a filha da Nídia integram a nossa equipe, nos ajudam, diariamente, a continuar a evolução do CMH, nos mostram, com olhar atento e inovador, como manter a nossa essência e seguir em frente, nos modernizando e nos adaptando a esse mundo tão acelerado e – por que, não? – encantador, nos ensinando que há formas diferentes e, por vezes, até melhores de executar rotinas, de atender nossos pacientes, de formar novas e valiosas parcerias.

Nós, que a princípio lhes ensinamos, somos agora os que mais aprendemos com eles. É como ser aluno dos nossos filhos, ver que eles evoluíram e que não só podem como querem continuar o CMH Hospital, fazendo-o crescer, aprimorar-se, especializar-se e expandir-se. Eles nos permitem sonhar com a nossa perpetuidade. E, como não poderia deixar de ser, tenho de vir aqui falar da nossa família de colaboradores: de todos eles, de todos vocês, alguns conosco há muitas décadas, que, generosamente, fazem do nosso sonho os seus, que realizam um trabalho de excelência, que trabalham para que o CMH possa ser um hospital de primeira linha; vocês, que dedicam uma parte do seu dia e de suas competências para crescer conosco, que fazem dos detalhes os grandes protagonistas de nosso atendimento, que não deixam faltar atendimento especializado, instrumentos, medicamentos, alimentos para o corpo e para a alma, organização, limpeza, sorriso a todos aqueles que nos procuram. Muito obrigado, somos mais que um hospital. Somos uma união de médicos, enfermeiros, administradores, técnicos, secretários e parceiros. Somos as pessoas por trás da marca.

E, por fim, queremos agradecer o nosso amigo e nosso deputado Gustavo Valadares, que tornou tudo isso aqui hoje possível, que, por meio de sua honrosa indicação, com apoio de toda a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos possibilitou essa tamanha honra e homenagem, em nome do povo mineiro.

E dito isso, encerro, agradecendo a todos vocês pela presença, pela amizade e pela confiança e reafirmo o nosso compromisso com o atendimento médico humanizado, com a inovação e o avanço tecnológico, com a evolução, sem a perda da essência. Muito obrigado e uma excelente noite para todos nós.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Deputado Gustavo Valadares, líder de governo, grande amigo, grande parceiro. Cumprimento-lhe pela feliz iniciativa, por apresentar esse requerimento tão importante que deu origem a essa importante homenagem.

Gostaria de cumprimentar também a Sra. Nídia Costa Moreira, fundadora do Centro Médico Hospitalar Integrado, homenageada; Dr. Cimar Eustáquio Marques da Silva, fundador do Centro Médico Hospitalar Integrado também; Dr. Emerson Fidélis Campos, diretor clínico e membro do conselho deliberativo do Centro Médico Hospitalar Integrado, também homenageado; Gabriel de Almeida Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Dr. Francisco Chagas Lima e Silva, conselheiro da Fundação Educacional Lucas Machado, Feluma; Dr. Oscar Pinheiro Nicolai, diretor do Hospital da Polícia Civil, representando aqui a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegada Letícia Gamboge; Dra. Cláudia Fonseca Pereira, secretária-geral da Academia Mineira de Medicina. Gostaria de cumprimentar todos os demais presentes aqui neste importante evento.

Os 50 anos do Centro Médico Hospitalar Integrado – o CMHI, que comemoramos nesta reunião, consistem numa história que, aliando tradição e modernidade, resultou numa das mais importantes referências na promoção da saúde em Minas Gerais. Desde o seu começo, em 1983, como clínica especializada em reabilitação, o CMHI tem se notabilizado por promover qualidade de vida e bem-estar, com um atendimento seguro, humano e resolutivo. A partir dos seus primeiros anos, quando oferecia serviços exclusivamente na área fisioterápica, com ênfase na ortopedia, o CMHI foi, ao longo dos anos, expandindo sua área de atuação, com o atendimento em diversas outras especialidades, incluindo a oftalmologia e a angiologia, e inaugurando, em 1996, seu centro cirúrgico. Franca demonstração de que não é possível exercer a medicina sem dar valor à vida, o hospital é também modelo, graças a sua credibilidade social de competência e excelência. A medicina que traz a marca do Centro Médico Hospitalar Integrado nos permite vislumbrar, para os próximos anos, a continuidade dos valores por ele cultivados, tais como segurança, confiança, respeito, honestidade e ética. Por todos estes motivos, a Assembleia de Minas reconhece no Centro Médico Hospitalar Integrado toda uma trajetória de qualidade e engrandecimento da categoria médica. Parabéns, CMHI, por seus 50 anos de fundação e por este meio século de tradição. E olhem que o Dr. Cimar falou de mais 50! Que bom! É tão bom pensar assim, não é, gente? Recebam seus dirigentes e funcionários a mensagem de reconhecimento deste parlamento mineiro.

Complementando aqui a fala do nosso presidente, confesso que conheço o CMHI e sei da importância dele. Sou um admirador. Os pronunciamentos foram muito bacanas, inclusive o vídeo. Fiquei muito feliz. Gostei muito da sua fala, doutor. O Dr. Cimar disse assim: “Nunca lucro a qualquer custo, atendimento personalizado, alimento para o corpo e para a alma”. É bom ouvir isso, Dr. Cimar. O Dr. Emerson Fidélis Campos, lá da nossa Bom Despacho, onde tenho uma votação muito expressiva. Sou, inclusive, cidadão honorário da nossa querida Bom Despacho. A família Fidélis é do supermercado, meus amigos, meus parceiros. Saúde sem compaixão não dá. E somos uma grande família. Então, são falas que mexem muito conosco. Parabéns! Que Deus proteja e vida longa para essa tão importante missão. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo Manifesto dos 50 anos do Centro Médico Hospitalar Integrado – CMHI.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/4/2023

Às 15h37min, comparecem à reunião os deputados Dr. Maurício, Cristiano Silveira e Gustavo Santana (substituindo o deputado Doutor Paulo, por indicação da liderança do Bloco Avança Minas), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dr. Maurício, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Fabiana Cruz da Silva, informando que seu benefício foi bloqueado por falta de curador; e do vereador Paulo Henrique Chiste da Silva, da Câmara Municipal de Ouro Fino, publicado no *Diário do Legislativo* em 6/4/2023. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 14/2023, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Dr. Maurício. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.810/2022 (relator: deputado Doutor Paulo) e 3.964/2022 (relator: deputado Grego da Fundação) que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 791/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 841/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para a disponibilização de posto permanente da comissão de exames especiais para pessoas com deficiência física, visual, mental ou autista, para fins de atendimento dos usuários do Município de Poços de Caldas e região;

nº 1.187/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os desafios e políticas públicas efetivas para as mães de pessoas com doenças raras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2023.

Dr. Maurício, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/5/2023

Às 14h8min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e o deputado Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento dos seguintes *e-mails*: denúncia anônima, acusando a negligência de atendimento à saúde dos detentos no Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, e que, na atual gestão do presídio, foram registrados mais de 24 óbitos e elevado número de internações médicas; da Sra. Fernanda Costa, denunciando que uma idosa no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte, está passando fome e que é incapaz de se manter, e que não está recebendo dinheiro dos parentes

próximos que não querem assumir a responsabilidade; e dos Srs. Paulo da Silva Lopes Filho, denunciando que sua casa foi invadida pela polícia no ano de 2020, às 4 horas, sem um mandato judicial, em Viçosa; e Alexandre Figueiredo Cavalcante, denunciando que sua mãe foi agredida verbalmente por um servidor da equipe de escolta do Presídio Regional de Montes Claros, que estava sem o nome no uniforme, e que procurou a chefia imediata na 11ª Região Integrada de Segurança Pública em Montes Claros, na tentativa de identificar o policial. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.557/2023, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a escalada de violência contra as lideranças quilombolas incluídas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais – PPDDH-MG;

nº 1.596/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a escassez e a qualidade da água que está sendo fornecida aos custodiados e servidores do Presídio Professor Jacy de Assis, localizado em Uberlândia, o que pode afetar diretamente a saúde de todos;

nº 1.626/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater, junto aos moradores do Morro do Papagaio, do Morro das Pedras, da Vila Ecológica, da Vila Pinho, da Vila Cemig (Alto das Antenas), da Vila Bernadete, da Vila Independência II e do Conjunto Paulo VI, em Belo Horizonte, as possíveis violações de direitos humanos no processo de desapropriação das famílias que residem próximo às redes de transmissão de alta tensão da Cemig, bem como demandas relacionadas a demolições, rachaduras, trincas nos imóveis, abastecimento de água e saneamento básico;

nº 1.644/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, à Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências com vistas à apuração e à fiscalização das condições e situações da Comunidade Terapêutica Sérgio Mazzochi, especialmente quanto à eventual ocorrência de violações de direitos humanos relatadas no Relatório da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, da Câmara Municipal de Belo Horizonte;

nº 1.645/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações substanciadas nas listas das diligências realizadas por suas pastas para fins de fiscalização das comunidades terapêuticas e as medidas aplicadas, nos últimos quatro anos, com a finalidade de evitar violações de direitos humanos, especialmente quanto a denúncias recentemente recebidas, tais como de exploração da força de trabalho, maus-tratos, negligência nos cuidados com os internos, falta de profissionais para adequado tratamento aos internos, restrições ao direito de ir e vir em visitas e saídas, violação à liberdade religiosa, internação de crianças com as mães, bem como as principais infrações identificadas nas comunidades e os motivos de eventuais interdições, se houver;

nº 1.647/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de informações acerca dos casos de racismo no âmbito da aviação civil, especificando os dados por companhia aérea e por unidade da Federação, bem como as providências tomadas em cada um deles;

nº 1.648/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes pedido de informações acerca da apuração dos casos de racismo ocorrido na companhia, bem como das medidas de responsabilização aplicada aos autores, em especial sobre os casos das Sras. Samanta Vintena, pesquisadora brasileira, e Eluise Clervil, gestante de 27 anos, haitiana;

nº 1.655/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja adotado padrão único das carteiras escolares, adequado a todos os alunos e alunas, obesos ou não, não fazendo uso de unidades diferenciadas para os alunos ou alunas obesos;

nº 1.656/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências para a elaboração de resolução para orientação dos membros e servidores das instituições no recebimento de denúncias de atos discriminatórios de caráter gordofóbico;

nº 1.657/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja adotado padrão único de roletas nos ônibus de transporte público intermunicipal adequado a todos os passageiros, obesos ou não, e para que sejam instalados mais lugares para pessoas obesas nos ônibus de transporte público intermunicipal, haja vista que, segundo indicadores recentes, mais de 40% da população mineira está acima do peso;

nº 1.658/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a elaboração de resolução para orientação dos servidores das unidades de saúde com vistas à adoção de tratamento adequado e humanizado no atendimento de pessoas obesas, haja vista que, conforme relatos trazidos à comissão, muitas vezes os próprios profissionais de saúde acabam realizando discriminações de caráter gordofóbico no atendimento da população obesa;

nº 1.659/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para promoção de cursos de formação continuada para servidores das unidades de saúde, com vistas à adoção de tratamento adequado e humanizado no atendimento a pessoas obesas, haja vista que, conforme relatos trazidos à comissão, muitas vezes os próprios profissionais da saúde acabam realizando discriminações gordofóbicas no atendimento da população obesa;

nº 1.660/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – pedido de providências para realizar estudos com o intuito de rever os padrões de carteiras escolares, de transporte público aéreo e terrestre, de casas de espetáculo e equipamentos congêneres, considerando a dificuldade das pessoas obesas;

nº 1.661/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para orientar todas as pastas e órgãos que compõem a administração pública do Estado, nas futuras licitações para compra de equipamentos e realização de serviços, especialmente as unidades que implementam as políticas públicas, tais como escolas, unidades hospitalares, unidades de segurança pública, transporte público e equipamentos congêneres, a adoção de materiais e projetos estruturais que levem em consideração a realidade da população obesa;

nº 1.664/2023, das deputadas Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FMDE – pedido de providências para que seja enfrentada a questão relativa à segurança alimentar sob a perspectiva da obesidade infantil, considerando o aumento do número de alunos e alunas obesas nas escolas de todo o País, e para que sejam adotados padrões de carteiras escolares e equipamentos públicos de educação, a exemplo de instalações sanitárias, para atendimento dos alunos e alunas obesas;

nº 1.683/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no envio do inteiro teor de todos os termos de ajustamento de conduta firmados com empresas mineradoras relacionados à descaracterização de barragens de rejeitos de minérios, que utilizem ou que tenham utilizado o método de alteamento a montante e estejam em níveis de alerta 1, 2 e 3 no Estado;

nº 1.684/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que envie todos os esforços possíveis com o objetivo de auditar a execução dos termos de acordo e de ajustamento de conduta firmados com a empresa Vale S.A. em 2019, 2020 e 2022, referentes às barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima, de propriedade da referida empresa; e seja encaminhado ao TCE-MG o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 4/5/2023, com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul;

nº 1.685/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da execução, no tocante aos recursos destinados ao Estado, dos termos de acordo e de ajustamento de conduta firmados com a empresa Vale S.A., em 2019, 2020 e 2022, relacionados às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, em Nova Lima, de propriedade da empresa Vale S.A.; e seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 4/5/2023, com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da empresa Vale S.A.;

nº 1.686/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Presidência do Conselho Nacional de Justiça e ao titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública pedido de providências para revisão da pertinência de sigilo judicial em termos de acordo e de ajustamento de conduta que envolvam pessoas atingidas pela atividade mineradora e por barragens, haja vista serem elas diretamente interessadas nessas tratativas e estarem sendo impossibilitadas de participar, de forma efetiva, desses processos e, conseqüentemente, não sendo devidamente contempladas em seus direitos e na compensação pelos danos sofridos; e seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 4/5/2023 com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da empresa Vale S.A.;

nº 1.687/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao prefeito do Município de Nova Lima pedido de informações acerca do conceito de pessoa atingida utilizado no âmbito do termo de acordo firmado com a Vale S.A. em 15/12/2022 relativo às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima, de propriedade da empresa Vale S.A.; seja encaminhado à comissão e disponibilizado para todas as associações representantes das comunidades atingidas no Município de Nova Lima o cadastro organizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – Cras – em 2019, relativo às pessoas atingidas quando do acionamento das sirenes de alerta das referidas barragens devido ao risco de rompimento; e seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 4/5/2023 com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas no termo de acordo, a qual deu fulcro ao presente pedido;

nº 1.688/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Vale S.A. pedido de informações acerca do conceito de pessoa atingida utilizado no âmbito do termo de acordo firmado com a Vale S.A. em 15/12/2022 relativo às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima; sejam encaminhadas à comissão e disponibilizadas para todas as associações representantes das comunidades atingidas no Município de Nova Lima as informações sobre as chamadas “manchas” relacionadas ao alcance de danos em caso de rompimento das referidas barragens, bem como a técnica utilizada para definir tais manchas; e seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada

em 4/5/2023 com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas no referido termo de acordo, a qual deu fulcro ao presente pedido;

nº 1.690/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado e à Defensoria Pública-Geral do Estado pedido de providências para ajuizamento de ação civil pública ou de celebração de termo de acordo ou de ajustamento de conduta com vistas à reparação dos danos causados pelas enchentes, no final de 2021 e início de 2022, desencadeadas na região de Sebastião das Águas Claras em decorrência de construção realizada pela Vale S.A., qual seja, o muro relacionado ao termo ajustamento de conduta, firmado em 2019 com a empresa Vale S.A., relativo às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima; seja encaminhado o *link* para o vídeo com o inteiro teor da 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 4/5/2023 com a finalidade de debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o Ministério Público do Estado, a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da empresa Vale S.A.;

nº 1.695/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça e à Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que, no âmbito do termo de acordo firmado com a Vale S.A. em 15/12/2022, relativo às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima, de propriedade da empresa Vale S.A., seja revisto o conceito de pessoa atingida, considerando o seguinte: vários moradores relatam jamais terem recebido o *voucher* ou o pagamento emergencial; vários moradores relatam ter tido o pagamento da renda emergencial do seu núcleo familiar suspenso de forma injusta; muitos desses moradores se inscreveram em cadastro amplo organizado pelo MPMG, em 2020, bem como em lista organizada pelo Centro de Referência de Assistência Social – Cras – em 2019, quando do acionamento das sirenes de alerta devido ao risco de rompimento das referidas barragens; as Barragens B3 e B4 seguem em nível 2 de risco e as demais barragens da região tiveram suas manchas alargadas devido à construção da estrutura de contenção a jusante – ECJ – com significativo aumento da mancha da Barragem B5 – Mutuca, além da convivência constante da população com todas as consequências da mineração na região de São Sebastião das Águas Claras; conforme relatos, todos os que receberam indenização da Vale S.A. foram informados de que continuariam a receber o auxílio emergencial até a finalização da descaracterização das Barragens B3 e B4, o que teria sido confirmado pelos advogados da Faleck & Associados, e a totalidade desses valores não foi paga, tendo sido retirados os direitos logo após a assinatura dos acordos individuais, e o termo de acordo em questão trata de forma desigual pessoas em igualdade de situação fático-jurídica; para que, além dessa revisão do conceito de pessoa atingida, sejam disponibilizados para todas as associações representantes das comunidades atingidas no Município de Nova Lima o cadastro amplo organizado pelo MPMG, em 2020, e a lista organizada pelo Cras em 2019; seja revista a metodologia de chamamento, convite e efetiva participação das comunidades atingidas e diretamente interessadas em todos os eventos relacionados com as tratativas, a divulgação e o diálogo relativos às barragens em questão, haja vista essa metodologia ser, aparentemente e na percepção das pessoas atingidas, insuficiente e ineficaz; para que sejam apuradas as denúncias feitas acerca de possíveis retaliações sofridas por pessoas que se manifestam em favor dos atingidos e contrariamente à Vale S.A.; do descumprimento dos acordos já firmados com a Vale S.A. em 2019, em 2020 e em 2021, relativos às Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, situada em Nova Lima; para que sejam prestados os esclarecimentos pendentes, conforme prometidos pela promotora de justiça Hosana Regina Andrade de Freitas, do MPMG, e pelo defensor público Felipe Augusto Cardoso Soledade, em 4/5/2023, na 7ª Reunião Extraordinária da comissão; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* com o inteiro teor da referida reunião, cuja fase de audiência pública, tendo tido por finalidade debater a não participação das pessoas atingidas do Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, no acordo celebrado entre o MPMG, a DPMG e a Vale S.A., diante da elevação do nível de risco das Barragens B3 e B4 da Mina Mar Azul, de propriedade e responsabilidade da Vale S.A., deu origem a todas essas solicitações;

nº 1.699/2023, das deputadas Leninha, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Lohanna e Macaé Evaristo e dos deputados Betão, Betinho Pinto Coelho, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância e os desafios enfrentados pelos Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDHs –, presentes em quatro territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais: Sul – CRDH em Alfenas –, Norte – CRDH em Montes Claros –, Mucuri – CRDH em Teófilo Otoni – e Mata – CRDH em Juiz de Fora;

nº 1.732/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para apuração dos relatos de prisão ilegal, abuso de autoridade e demais violações de direitos quando da ocupação da Fazenda Chapada, localizada na Comunidade Santana, na Zona Rural do Município de Jequitaiá;

nº 1.733/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações acerca da detenção do Sr. Geraldo Pires de Oliveira, em 7/5/2023, após a ocupação da propriedade denominada Fazenda Chapada, localizada na comunidade denominada Santana, zona rural do Município de Jequitaiá, uma vez que, conforme relatos do Sr. Geraldo, a detenção foi feita por pessoas armadas que se identificaram como policiais, houve agressões e ameaças com arma branca e arma de fogo, retenção do seu aparelho celular durante todo o tempo da detenção e outras violações de direitos em face do Sr. Geraldo e demais famílias;

nº 1.788/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento à LGBTfobia no Estado;

nº 1.789/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à prefeita de Uberaba pedido de informações a respeito do fato ocorrido no Hospital da Criança de Uberaba, na noite de 7/5/2023, quando uma mulher foi algemada e arrastada pelo pescoço na frente de seu filho, uma criança de apenas 11 anos, que aguardava atendimento, tendo sido empregado o uso desproporcional da força bem como o tratamento desumano com uma mulher, explicitando se os fatos estão sendo apurados, as medidas tomadas pelo Município quanto aos guardas-civis envolvidos nessa situação e a forma como a Guarda Municipal irá apurar, responsabilizar e prevenir para que situações como essa não se tornem normais; e encaminhando qualquer relatório interno produzido sobre os fatos;

nº 1.790/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à presidente do Hospital da Criança de Uberaba pedido de informações sobre a agressão de uma criança, em 7/5/2023, enquanto aguardava atendimento, com seus genitores sendo algemados e brutalmente conduzidos pela Guarda Municipal e pela Polícia Militar;

nº 1.791/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a ocorrência, no Hospital da Criança de Uberaba, em 7/5/2023, em que uma mulher foi algemada e arrastada pelo pescoço na frente de seu filho, uma criança de apenas 11 anos, que aguardava atendimento, especificando se os fatos estão sendo apurados; quais medidas foram tomadas pela corporação quanto aos policiais militares envolvidos na ocorrência; e como a Polícia Militar apurará o fato, responsabilizará os agressores e prevenirá ocorrências semelhantes, devendo ser encaminhados a esta Casa os documentos relativos à ocorrência;

nº 1.793/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre quais os conselhos e canais de comunicação disponíveis na secretaria de que é titular para tratar de abuso de autoridade por parte das chefias das unidades prisionais no Estado; sobre o número de denúncias de casos de abusos de autoridade pelas referidas chefias, por unidade prisional; e sobre as medidas tomadas quando constatadas irregularidades no tratamento e nas condições de trabalho dos funcionários hierarquicamente subordinados às chefias das unidades prisionais;

nº 1.794/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja garantido o horário de visitas, praticado anteriormente das 8 às 17 horas, nas unidades

prisoniais do Estado, tendo em vista que familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade estão enfrentando dificuldades, como atrasos recorrentes, no acesso ao estabelecimento penal, não sendo garantido o direito à visita social;

nº 1.795/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam destinados recursos emergenciais para contratação de equipe multidisciplinar em saúde e atendimento psicossocial, com vistas a atender às unidades prisionais Ariosvaldo Campos Pires e José Edson Cavaliere, localizadas em Juiz de Fora, de modo a garantir dignidade às pessoas privadas de liberdade desses estabelecimentos penais;

nº 1.796/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre quais unidades prisionais dispõem de *body scan*, detalhando a unidade em que está instalado, o ano de fabricação e o de aquisição do equipamento; sobre se existem agentes capacitados para operar o dispositivo; e sobre quais são as unidades que não dispõem de *body scan* ou cujo equipamento se encontra em manutenção, detalhando se existe previsão de aquisição de novo equipamento ou de reparo das máquinas que não estão em operação;

nº 1.797/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre quais protocolos extraordinários foram implementados nas unidades prisionais José Edson Cavaliere e Ariosvaldo Campos Pires, a partir de janeiro de 2023, com vistas a evitar novas mortes nesses complexos penitenciários;

nº 1.798/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o efetivo de profissionais de saúde e atendimento psicossocial das unidades prisionais Ariosvaldo Campos Pires e José Edson Cavaliere, em Juiz de Fora, bem como a média de atendimentos mensais por especialidade dessas unidades, no período de janeiro de 2022 a abril de 2023, e a forma de acompanhamento da pessoa privada de liberdade em sofrimento mental nos complexos penitenciários de Minas Gerais;

nº 1.820/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao administrador da Tractebel Engineering Ltda. em Belo Horizonte pedido de informações sobre os procedimentos adotados para realizar as consultas livres, prévias e informadas – CLPIs – dos povos e comunidades tradicionais atingidas pelo Rodoanel, seus respectivos responsáveis, e o estágio dos processos de licenciamento e execução da obra;

nº 1.821/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao CEO da INC SPA do Brasil em São Paulo pedido de informações sobre os procedimentos adotados para realizar as consultas livres, prévias e informadas – CLPIs – dos povos e comunidades tradicionais atingidas pelo Rodoanel, seus respectivos responsáveis, e o estágio dos processos de licenciamento e execução da obra;

nº 1.822/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os procedimentos adotados para realizar as consultas livres, prévias e informadas – CLPIs – dos povos e comunidades tradicionais atingidas pelo Rodoanel, seus respectivos responsáveis, e o estágio dos processos de licenciamento e execução da obra;

nº 1.837/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública na semana do dia 12 de agosto para comemorar o Dia Nacional dos Direitos Humanos e debater os desafios e perspectivas da atuação da comissão na defesa dos direitos humanos no Estado;

nº 1.840/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que se proceda às investigações relativas às denúncias, trazidas à comissão por Alexandre Figueiredo Cavalcante, de que sua mãe foi agredida verbalmente por um servidor da equipe de escolta do Presídio Regional de Montes Claros;

nº 1.841/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que se proceda às investigações relativas à denúncia trazida à comissão pelo Sr. Paulo da Silva Lopes Filho, que narrou invasão de sua residência por autoridades públicas em 2020 sem mandado judicial;

nº 1.846/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para a apuração da denúncia, apresentada de forma anônima à comissão, de negligência no atendimento à saúde dos detentos do Presídio José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, a qual estaria resultando em graves violações aos direitos humanos e à dignidade dos presos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2023.

Bella Gonçalves, presidenta – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/5/2023

Às 10h25min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o cumprimento do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 111, de 2022, quanto à efetividade do direito dos servidores ao aproveitamento de adicional de desempenho adquirido em cargo anterior para fins de reflexos remuneratórios em novo cargo. A matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), deixa de ser apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Aline Risi dos Santos, presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Aespol; Maria Aparecida Muniz Jorge, superintendente central de Política de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a secretária; Claudia Edna Calhau de Castro e Andrade, delegada-geral de polícia e diretora do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas –, representando a presidente; e Luzana de Assis Moreira, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Fernando Ferreira Calazans, advogado do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; Wemerson Silva de Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol; Cel. BM Antônio Damásio Soares, diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM –, representando o presidente; Ten. PM Josué Alves de Aragão, diretor da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume –, representando o diretor-presidente; e Aleksander Luiz da Paixão Ferreira, presidente da Associação Mineira dos Policiais Penais e Servidores Prisionais – Amasp MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A reunião é suspensa por tempo indeterminado e, às 14h10 min, é reaberta com a presença dos deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro por indicação do líder do BAM). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.868/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o andamento da assinatura do termo de adesão com a união para que os servidores das forças de segurança do Estado possam participar do Programa Nacional da Segurança Pública com Cidadania – Pronasci –, oferecido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre o qual dispõe o Decreto nº 11.436, de 2023;

nº 1.873/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para disponibilização, com urgência, de médicos peritos na 10ª Risp de Patos de Minas, tendo em vista que os servidores precisam se deslocar até a 5ª Risp de Uberaba, em uma média de 300 quilômetros de estrada ruim e perigosa, para passar por perícia médica, solicitando que, na impossibilidade da disponibilização de médicos peritos na 10ª RISP de forma imediata, as perícias presenciais sejam realizadas, após 15 dias de ausência, no período de 60 dias, de forma a diminuir os riscos e gastos exacerbados dos servidores;

nº 1.923/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º-Sgt. PM Juscelino da Silva Morais pela dedicação e serviços prestados à Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Santana dos Montes;

nº 1.927/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para exigir a adoção de medidas compensatórias pelas empresas mineradoras lindeiras à BR-040, especialmente na região de Nova Lima, como contrapartida aos impactos negativos, causados à rodovia e por consequência aos usuários, do tráfego de veículos carregados de minério de ferro, considerando as reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança aos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado ao mencionado órgão o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.928/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para intensificar as operações de *blitzes* da Lei Seca no Estado, sobretudo nas proximidades de casas noturnas e regiões de concentração de bares, com vistas a coibir a condução de veículo sob a influência de álcool e a punir os infratores das leis de trânsito, considerando as reclamações apresentadas por participantes da audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à PMMG o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.929/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans – pedido de providências para reforçar as ações educativas sobre segurança no trânsito, sobretudo no tocante à proteção de ciclistas, considerando as solicitações apresentadas por participantes da audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança aos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à BHTrans o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.930/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans – pedido de providências para realizar manutenção frequente das sinalizações de trânsito horizontal e vertical, inclusive as referentes às ciclofaixas e ciclovias, com vistas à redução de acidentes, considerando as reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à BHTrans o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.931/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Guarda Civil de Belo Horizonte pedido de providências para reforçar as ações de fiscalização de trânsito nas regiões da capital com maior circulação de ciclistas, em especial

na orla da Lagoa da Pampulha, com vistas a coibir infrações, punir infratores e prevenir acidentes, considerando reclamações sobre o desrespeito de condutores de veículos automotores aos ciclistas apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança aos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à referida corporação o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.932/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para adotar as medidas cabíveis com vistas a ampliar a proteção e a segurança dos ciclistas que transitam pelos trechos sob sua responsabilidade, especialmente entre o BH Shopping e o Condomínio Alphaville, a exemplo de letreiros eletrônicos com mensagens educativas de respeito às regras de trânsito e alertas sobre a presença de ciclistas na rodovia, considerando reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à Via 040 o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.933/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para adotar as medidas cabíveis visando à limpeza constante dos trechos de rodovia sob sua responsabilidade, incluindo os acostamentos, especialmente entre o BH Shopping e o Condomínio Alphaville, considerando reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à referida empresa o *link* para a mencionada audiência pública;

nº 1.934/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para a manutenção das sinalizações de trânsito horizontal e vertical nos trechos de rodovia sob sua responsabilidade, especialmente entre o BH Shopping e o Condomínio Alphaville, com vistas ao aumento da proteção e da segurança dos ciclistas que circulam pela rodovia, considerando reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à referida empresa o *link* para a mencionada audiência pública;

nº 1.935/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para a instalação de novos radares no trecho entre o BH Shopping e o Condomínio Alphaville, com vistas à redução da velocidade de tráfego e ao aumento da segurança do trânsito, especialmente para os ciclistas, considerando reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à mencionada empresa o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.936/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Via 040, em Nova Lima, pedido de providências para reformar o acostamento da BR-040 no trecho próximo ao posto policial do Vale do Sol, com vistas ao aumento da segurança do trânsito no local, especialmente para os ciclistas, considerando reclamações apresentadas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à mencionada empresa o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.938/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de providências para que articule com a concessionária Via 040 a adequada limpeza e prevenção de deposição de minério de ferro durante o transporte da carga na BR-040, na região de Nova Lima, diante dos impactos negativos causados à rodovia e por consequência aos usuários,

inclusive com aumento do risco de acidentes, conforme relatos feitos por participantes da audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à mencionada empresa o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.939/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – e à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTrans – pedido de providências para que, no novo projeto sobre o trânsito de bicicletas na orla da Lagoa da Pampulha, a ser licitado, seja destinada área específica para a circulação de ciclistas de alta performance, considerando solicitação apresentada durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à PBH e à BHTrans o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.940/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para, em articulação com órgãos e entidades setoriais, promover ações de prevenção e programas de segurança operacional de trânsito nas vias sob sua responsabilidade, com vistas à proteção e à segurança de ciclistas e à redução de acidentes, considerando solicitação apresentada durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado ao mencionado órgão o *link* para a referida audiência pública;

nº 1.941/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que corrija os desnivelamentos entre as tampas de bueiros e o pavimento das vias de trânsito decorrentes de intervenções da empresa para a execução de obras, especialmente na orla da Lagoa da Pampulha, bem como para que adote medidas com vistas a que, nas intervenções futuras, o nivelamento em questão seja respeitado, considerando os riscos potenciais para os que circulam pelas vias e as solicitações apresentadas por ciclistas durante audiência pública realizada pela comissão no dia 13/4/2023, com a finalidade de debater a urgência da instituição de uma política estadual de proteção e segurança dos ciclistas para prevenir e combater o crescente número de acidentes envolvendo ciclistas nas rodovias e vias urbanas do Estado; e seja encaminhado à referida empresa o *link* para a mencionada audiência pública;

nº 1.942/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o cumprimento imediato do disposto no art. 7º da Emenda à Constituição do Estado nº 111, de 2022, que trata do direito dos servidores públicos ao aproveitamento de adicional de desempenho adquirido em cargo anterior para fins de reflexos remuneratórios em novo cargo, considerando que a referida emenda foi publicada há quase um ano e que os outros órgãos abrangidos pela norma já se mobilizaram e regulamentaram o dispositivo supramencionado visando seu efetivo cumprimento, a exemplo da Resolução nº 1.033, de 2023, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Ofício-Circular nº 04/2023-PGJMG/PGJAA, de 3/4/2023, que tem por assunto o aproveitamento de ADE referente ao art. 7º da citada emenda e da Deliberação nº 2.421, de 30/6/2008, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do que se depreende não haver problema jurídico que impeça a aplicação do dispositivo em questão pelo Poder Executivo;

nº 1.946/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença da secretária de Estado de Planejamento e Gestão, o cumprimento do disposto no art. 7º da Emenda à Constituição nº 111, de 2022, quanto à efetividade do direito dos servidores ao aproveitamento de adicional de desempenho adquirido em cargo anterior para fins de reflexos remuneratórios em novo cargo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 23/5/2023, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.231, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2023 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.232, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2023. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/5/2023****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 66/2023, do deputado Grego da Fundação; e 273/2023, da deputada Lohanna.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.583/2016, do deputado Léo Portela; 438/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha; 2.667/2021, do deputado Ulysses Gomes; 2.966/2021, do deputado Roberto Andrade; 2.979/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.099/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita; 3.644/2022, da deputada Beatriz Cerqueira;

3.706/2022, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.712 e 3.828/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.827/2022, do deputado Gustavo Valadares; 3.829/2022, do deputado Professor Cleiton; 3.854/2022, da deputada Andréia de Jesus; 3.954/2022, da deputada Ana Paula Siqueira; 3.969/2022, do deputado Douglas Melo; 4.001/2022, do deputado Ulysses Gomes; 3/2023, do deputado Arlen Santiago; 195/2023, do deputado Leleco Pimentel; 225/2023, do deputado Duarte Bechir; 229/2023, do deputado Fábio Avelar; 317/2023, da deputada Lud Falcão; 319/2023, do deputado Doorgal Andrada; 376 e 386/2023, da deputada Maria Clara Marra; 387/2023, do deputado João Magalhães; 409/2023, do deputado Eduardo Azevedo; e 465/2023, do deputado Celinho Sintrocel.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.439/2021, do deputado Mauro Tramonte; 3.715/2022, do deputado Professor Cleiton; 3.728/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.838/2022, do deputado Virgílio Guimarães; 3.863/2022, do deputado Roberto Andrade; 3.908/2022, do deputado Gil Pereira; 3.994/2022, do deputado Noraldino Júnior; 198/2023, do deputado Tito Torres; 411/2023, do deputado João Magalhães; 436/2023, do deputado Tadeu Martins Leite; 456/2023, do deputado Fábio Avelar; e 486/2023, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 2.419/2021, do deputado Sargento Rodrigues.

Requerimentos n°s 1.430; 1.431 e 1.557/2023, do deputado Sargento Rodrigues; 1.495/2023, da deputada Alê Portela; 1.563 a 1.567/2023, do deputado Grego da Fundação; 1.575/2023, do deputado Enes Cândido; e 1.665/2023, do deputado Dr. Maurício.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 1.017/2019, das deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e do deputado Gustavo Mitre.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 172/2019, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.381, 1.383 e 1.386/2023, da Comissão de Participação Popular; e 1.465/2023, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater a importância da Operação Carnaval Seguro 2023, que resultou em queda expressiva dos crimes contra a dignidade sexual durante as festividades, e realizar a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família – Defam –, representado pela Sra. Carolina Bechelany Batista da Silva, e com a Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância – Demid –, representado pela Sra. Renata Ribeiro Fagundes, pela brilhante atuação na Operação Carnaval Seguro 2023 – Campanha contra o Assédio Sexual.

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.197/2015, do deputado Noraldino Júnior; 2.756/2021, do deputado Sargento Rodrigues; 2.964/2021, do deputado Roberto Andrade; 2.965/2021, do deputado Roberto Andrade; e 3.945 e 3.946/2022, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 1.427/2023, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 1.451 e 1.452/2023, da Comissão de Segurança Pública; e 1.514/2023, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/5/2023

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.220/2016, do deputado Noraldino Júnior, e 3.720/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 1.448/2023, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 1.472/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, 1.522/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 1.568/2023, da Comissão de Administração Pública, 1.618 e 1.619/2023, do deputado Duarte Bechir, 1.661/2023, do deputado Enes Cândido, e 1.714, 1.715 e 1.721 a 1.724/2023, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/5/2023**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.643/2022, do deputado Ulysses Gomes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.859/2015, do deputado Elismar Prado, e 256/2023, do deputado Enes Cândido.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

Aprovação, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, das ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a necessidade do cômputo do tempo de serviço relativo ao período de suspensão da Lei Complementar nº 173, de 2020 (28/5/2020 a 31/12/2021), pelo Estado, para fins de concessão de vantagens e demais adicionais por tempo de serviço aos servidores públicos estaduais.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.381, 1.383 e 1.386/2023, da Comissão de Participação Popular, e 1.465/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Vitório Júnior, Fábio Avelar e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Fábio Avelar e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.889/2022, do deputado Cassio Soares; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.579/2023, do deputado Leonídio Bouças, e 1.614/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; de receber, discutir e votar proposições da comissão; e de aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Oscar Teixeira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Chiara Biondini e Maria Clara Marra e os deputados Doutor Jean Freire e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Mário Henrique Caixa, Coronel Henrique, Fábio Avelar e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o uso responsável de telas como *tablets*, celulares e computadores por crianças e adolescentes.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Oscar Teixeira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 259/2023

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Tito Torres, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Agentes Recicladores de Crucilândia e Região – ARC –, com sede no Município de Crucilândia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agentes Recicladores de Crucilândia e Região – ARC –, com sede no Município de Crucilândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca organizar o trabalho e aproveitar a capacidade dos catadores associados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos, fornecer assistência aos associados no que for necessário para melhor executarem o trabalho, proporcionar por meio de convênios com sindicatos, empresas públicas ou privadas, municípios e estados, serviços jurídicos e sociais que estejam dentro dos princípios do regimento interno da entidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Agentes Recicladores de Crucilândia e Região – ARC –, com sede no Município de Crucilândia, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 259/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2023.

Celinho Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.111/2019

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Cabeça Feita, com sede no Município de Itabira.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Arquivada ao final da legislatura passada, conforme o art. 180 do Regimento Interno, a proposição foi desarquivada em atendimento ao Requerimento nº 378/2023, de autoria do deputado Tito Torres, na forma do art. 180-A do mesmo diploma legal.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Instituto Cabeça Feita, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca: promover a assistência social, a segurança alimentar e nutricional; proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e os idosos; e defender e preservar o meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Cabeça Feita, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.111/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2023.

Celinho Sintrocel, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/5/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Nereu Nunes Pereira, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

nomeando Joao Mauro Bernardo, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

nomeando Magela Vieira Matos, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Maurício.

TERMO DE CONTRATO Nº 25/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Projeto Abrindo Caminhos – Núcleo Ramiro Júlio Ferreira de Apoio à Criança e à Família. Objeto: doação de bens móveis classificados como antieconômicos. Vigência: a donatária terá o prazo de 30 dias, contados da assinatura deste termo de doação, prorrogável por mais 30 dias mediante requerimento, para tomar posse dos bens doados. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 37/2023**Número no Siad: 9386295**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Webjur Processamento de Dados Ltda. EPP. Objeto: prestação de serviços de informe jurídico com acompanhamento e remessa das publicações judiciais nos diários oficiais em nome da contratante e seus representantes. Vigência: doze meses, a contar da data de sua assinatura. Licitação: dispensa em razão do valor, conforme art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).